



# Anais da Assembléia

N.º 93

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1.980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1.980  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## COMUNICAÇÃO:

### COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, comunica que, como Presidente da Comissão de Turismo deste Poder, estará ausente das sessões normais, em virtude da realização do Seminário de Turismo de Foz do Iguaçu, que se realizará nos dias 27, 28, 29 e 30 do corrente.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) ADALBERTO DAROS.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARCOLINO VALCARENGHI, ocorrido ontem na Cidade de Nova Aurora-Pr.

O extinto foi um dos pioneiros da região, tendo inclusive exercido as funções de Juiz de Paz por longos anos.

Da decisão do Plenário, solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1.980.

(a) FUAD NACLI.  
REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor pelos 30 anos de bons serviços prestados à coletividade e à imprensa de nosso Estado à Revista “Panorama”.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

## JUSTIFICATIVA:

Prende-se ao fato de no decorrer de três décadas de trabalho incansável e profícuo no intuito de bem informar a nossa população de forma ampla, sincera, brilhante e objetiva.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de um voto de louvor pela passagem do 30.º aniversário da Revista “Panorama”.

Requer, ainda, que da aprovação deste, dê-se conhecimento à direção da referida revista.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) PINTO DIAS.

## JUSTIFICATIVA:

Na história da imprensa paranaense destaca-se de forma singular a participação da Revista “Panorama” que, há trinta anos passados nascia na Cidade de Londrina. Nascia na fase áurea do café, com objetivos bastante definidos, graças à iniciativa de um modesto professor, de origem alemã, portador de grande cultura e de inegável vocação para o jornalismo — Adolfo Soethe.

O primeiro número surgiu em junho de 1.951. Os primeiros passos foram difíceis e, de lá para cá os obstáculos foram surgindo, mas, graças ao trabalho e à dedicação de seus diretores e funcionários, foram sendo vencidos com galhardia.

No terceiro ano de sua publicação a revista passa a circular em Curitiba, como publicação de propriedade da Editora Sociedade Comercial e Representações Gráficas Ltda., uma das empresas do Grupo Schrappe, que até hoje tem o controle da Impressora Paranaense SA., considerada, hoje, uma das mais importantes empresas gráficas do País.

Em 1.957, “Panorama” recebeu um novo impulso. Ganhou um formato maior, maior porte e melhores recursos de apresentação gráfica. Sempre sob a direção de Adolfo Soethe, e, agora, já contando também com a colaboração de seu filho Hermes Astor Soethe.

Já nessa época a revista contava com correspondentes em várias capitais brasileiras e nas principais cidades da região Sul. Sua distribuição já havia ultrapassado as fronteiras de nosso Estado, indo para o Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Em 1965 faleceu o Prof. Adolfo Soethe, assumindo a direção geral da revista Oscar Schrappe Sobrinho. Por volta de 1970, “Panorama” passou a circular sob a responsabilidade de Segráp, tendo como seus diretores sucessivos José Cury e Ivar Feijó, Carlos Eduardo Fleury, Carlos Roberto Maranhão, Luiz Carlos Zanoni, Aramis Millarch.

Em agosto de 1974 “Panorama” se reformulou passando para uma nova fase, adquirindo o seu formato definitivo.

Finalmente, em abril do corrente ano, "Panorama" que era uma revista mensal passou a ser publicada semanalmente.

Ao longo de todos esses anos a Revista "Panorama" tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento da imprensa do Paraná. Trata-se efetivamente de uma revista séria que não tem outro objetivo a não ser o de bem informar o povo paranaense.

Hoje, portanto, ao assinalarmos este importante acontecimento, acreditamos ser esta uma forma correta e muito importante para homenagear a Revista "Panorama", seus diretores e funcionários, que, semanalmente, levam aos lares do Paraná informações de alto teor cultural, demonstrando a todo o País que em nosso Estado existe uma imprensa sadia, moderna, cujo objetivo principal é contribuir cada vez mais para o desenvolvimento de nossa terra.

#### REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência a consignação na ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à REVISTA "PANORAMA" pelos seus 30 anos de fundação.

A história da Revista "Panorama" se confunde com a própria história do Paraná, após o "boom cafeeiro" que eclodiu no Norte do Estado. Nascida em Londrina, em 1951 ela transferiu-se para Curitiba e, dois anos após, sob a direção de José Cury empreendia sua escalada vitoriosa na conquista do mercado editorial paranaense, constituindo-se hoje na leitura obrigatória semanal de todos os que se interessam por reportagens, literatura, cultura e uma infinidade de assuntos palpitantes.

Cooperadora da Assembléia Legislativa, na realização de inúmeros Seminários de Desenvolvimento, a REVISTA "PANORAMA", para glória de nosso Estado, é a única que se edita semanalmente no Sul do País.

Requer, ainda, que da manifestação deste Plenário se dê ciência à direção daquele magazine.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao jornal "TRIBUNA PLATINENSE" de Santo Antônio da Platina e seu Diretor Noel Cândido de Moraes, pela passagem do 15.º aniversário de circulação, e da decisão, seja dado conhecimento àquele órgão de imprensa, sito à Rua 24 de Maio n.º 477 - A. CEP. 86.430.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) PALÁCIOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O JORNAL "TRIBUNA PLATINENSE", durante os seus 15 anos de existência, tem sido o porta-voz dos municípios do Norte Pioneiro, tendo, inclusive sido declarado Órgão Oficial de 14 deles e trata-se de um jornal de circulação regional, sempre empenhado na defesa dos altos interesses da região, bem como às suas reivindicações.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado, mediante ofício, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, os seguintes documentos:

- um cartão do Sr. Alfredo Costa, remetido a este Deputado;
- uma carta com timbre da Empresa COMFLORESTA, da Cidade de Blumenau, assinado pelo Dr. Luiz Carlos Meinert;
- envelope contendo o nome do remetente e seu endereço.

Outrossim, REQUER, que do presente seja dado ciência à Associação dos Magistrados do Paraná, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado às Excelentíssimas autoridades: Excelentíssimo Senhor Doutor Wilson Ribas Deconto, DD. Secretário da Administração e Excelentíssimo Senhor Cel. Haroldo Ferreira Dias, DD. Secretário da Segurança Pública, solicitando a necessidade de doação ao Município de Toledo, do imóvel urbano onde atualmente está localizado o prédio da Delegacia de Polícia.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) EGON PUDELL.

#### JUSTIFICATIVA:

O imóvel acima solicitado possui 780 m<sup>2</sup> e será destinado a obras a serem executadas para o desenvolvimento urbanístico e social de TOLEDO, uma vez que as obras do novo prédio da Delegacia Regional de Polícia estão em franco aceleramento, dando lugar em curto espaço de tempo à demolição do atual prédio, vagando portanto, a área pretendida pela comunidade.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Dr. OSVALDO ROBERTO COLIN, Presidente do Banco do Brasil, solicitando que o POSTO AVANÇADO DE GUARANIAÇU-PR seja transformado em uma nova agência autônoma.

Trata-se de uma reivindicação legítima e arrimada nos ditames de resultados que aquele POSTO vem oferecendo e reciprocamente recebendo aquela comunidade. Basta citar que dos 255 Postos de crédito rural, já há notícia de que 224.000 operações foram realizadas, alcançando oito bilhões de valores aplicados. E os empréstimos beneficiaram 133.000 dos 387.000 imóveis rurais.

Nesse contexto, é oportuno dizer que Guaraniaçu ocupa o sétimo lugar em aplicação, e é o terceiro em relação à "ocupação" da sua área de influência, chegando a oitenta por cento dos imóveis. Ressalte-se ainda que o município possui 1.100 propriedades rurais, em sua maioria MINI e PEQUENA, e desse quantum aproximado, resulta uma das maiores e mais significativas produções de milho e suínos da região Oeste paranaense.

Nestas condições, há ainda o aspecto de que poderia essa pretensa agência, jurisdicionar ainda o Município de Catanduvas e o recém município de 3 Barras (antes pertencente a Catanduvas) que possuem dois Postos avançados, e cuja distância da sede de Guaraniaçu fica em torno de 30 km e 60 km respectivamente.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra assinado, no uso e gozo de suas atri-

buições regimentais, tendo em vista a premente necessidade de atendimento à ativa população de importante núcleo de produção agrícola do Estado do Paraná, REQUER que a alta direção e que os respectivos Órgãos Técnicos da TELEPAR apressem os estudos e procedam a urgente instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Vila Rica, no Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) ROMERO FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná se orgulha, ao proclamar que possui uma das mais completas e das mais perfeitas redes de telecomunicações do Brasil. Dispomos agora dos serviços de DDD e DDI, objetivando ligações interurbanas, para o interior do País, e ligações internacionais. Graças a essas conquistas, o mundo inteiro está mais próximo de nós, com todas as vantagens daí decorrentes.

A utilidade de tais serviços ficam mais acentuada nas regiões produtoras, onde a dinâmica do comércio está a exigir comunicação rápida e perfeita com os centros consumidores e com as firmas exportadoras de nossos produtos agrícolas.

Causa espécie, por esse motivo, a demora que está ocorrendo na instalação de um posto telefônico no Distrito de Vila Rica, Município de Icaraíma, Noroeste do Paraná, quando se sabe que Vila Rica é importante núcleo produtor de café, soja, trigo, milho e feijão, e é, conseqüentemente, apreciável fornecedor de divisas para o Brasil.

Isto posto, solicito que, depois de aprovado pelo Plenário, seja dirigido à direção da TELEPAR.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa do registro da passagem, ocorrida no dia 23 de agosto p.p., do quadragésimo quinto aniversário de falecimento de SALVADOR DE FERRANTE.

Esta homenagem se justifica plenamente pois, o grande homem de teatro teve inconfundível projeção na tentativa hercúlea, a que se dedicara de corpo e alma, de impulsionar a arte teatral entre nós. Homem prestativo e de índole comunicativa, exercendo funções destacadas na Administração dos Correios e Telégrafos, votou, no entanto, sua vida, ao ideal que tanto acalentou com um idealismo que tocava as raízes da dedicação total. Assim foi que de 1.910 e 1.935 fez teatro em Curitiba, organizou grupos cênicos, dirigiu e participou de inúmeros espetáculos, noventa e oito dos quais na Sociedade Teatral Renascença da qual foi um dos idealizadores e fundadores e que surgiu da fusão de muitos dos grupos então existentes para consolidar a posição dos nossos amadores e autores teatrais. SALVADOR DE FERRANTE liderou sempre um grupo numeroso de companheiros dedicados, que como ele exercitaram atividade intensa nos palcos e bastidores da época, em especial no antigo Teatro Guayra, que obravam também no sentido de prestigiar incondicionalmente os grandes nomes artísticos que nos visitavam, dando ainda, e neste setor o pioneiro e seus companheiros foram inextinguíveis, atenções muito especiais aos artistas e aos intelectuais de nossa terra.

SALVADOR DE FERRANTE não fazia teatro apenas para preencher horas de lazer ou simplesmente distrair o público; entendia o teatro como a continuação da escola ou ainda como uma nova escola, fator decisivo da educação do povo. Atraiu e levou para os palcos da cidade não apenas figuras proeminentes da família curitibana mas também humildes representações dos seus círculos mais modestos; muitos dos que o acompanharam foram por ele arrancados das garras do analfabetismo e assim subiram aos palcos, assim se integraram na

sociedade, assim abriram novos caminhos para si e para seus descendentes, assim contribuindo para o aperfeiçoamento e engrandecimento da comunidade curitibana, pois era o lema da Renascença e do Pioneiro: "Tudo pela arte e pelo levantamento moral do espírito estético".

Evocar a vida, a obra e o grande ideal de SALVADOR DE FERRANTE, rendendo tributo de reconhecimento e agradecimento à tarefa exemplar que em vida realizou é dever que se impõe porque é indispensável que às novas gerações se dê conhecimento da vida e dos feitos daqueles que no passado marcaram com a mais luminosa passagem os caminhos da nossa História e da nossa Cultura.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e Esporte, solicitando a construção de um POLO ESPORTIVO NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS. Nossa sugestão prende-se ao fato de o referido município ter uma população de mais de 70.000 habitantes, desta sendo em sua grande maioria composta por jovens, e, possuir na sua infra-estrutura uma rede escolar aproximadamente de 130 escolas, entre municipais e estaduais, o que proporcionará a participação nos jogos abertos do Estado, bem como, a promoção dos referidos jogos.

Entendemos que nossa reivindicação seja das mais justas, uma vez que a força de um povo está presente em sua juventude, e para que isso seja possível devemos dar condições satisfatórias para que tenhamos uma juventude sadia, feliz e inteligente, e no nosso entender só conseguiremos alcançar esses objetivos, é incentivando a prática do ESPORTE, através de construção de POLOS ESPORTIVOS, como na verdade é uma das metas prioritárias do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo a urgente implantação de uma CIRETRAN na Cidade de Iporã.

A providência, reivindicada em diversas ocasiões por este Deputado juntamente com o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores de Iporã e também por líderes de vizinhos municípios, se constitui em conveniente solução para a celeridade dos serviços da área do trânsito que afetam a considerável população da importante região.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 121/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A delimitação territorial dos Distritos Judiciários da Comarca de Guarapuava, de que trata o Quadro Anexo III, da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1.968, passa a ser a seguinte:

I — O Distrito Judiciário de BOQUEIRÃO, no Município e Comarca de Guarapuava, passa a ter as seguinte divisas: "Partindo do cruzamento da Avenida Cândido Xavier com a Rua Rio Grande do Norte, por esta até

a Rua Coronel Lustosa, por esta até a estrada de ferro, por esta até a Rua Afonso Botelho - prolongamento, por esta até a estrada Guarapuava-Colônia Agrária, por esta ao Rio Jordão, e por este abaixo, confrontando com o Distrito de Entre Rios, até a foz do Rio Campo Real, e por este acima até a estrada federal BR-277, até o Alto Cascavel; deste pela antiga estrada federal até a Avenida Cândido Xavier e ao ponto de partida”.

II — O Distrito Judiciário de **CARRO QUEBRADO**, no Município de Guarapuava, passa a ter as seguintes divisas:

“Partindo da Avenida Cândido Xavier, no seu cruzamento com a Rio Grande do Norte, seguindo pela primeira até encontrar a estrada de rodagem que demanda a Pitanga, e por esta até o Rio Coutinho, confrontando com o Distrito de Morro Alto; pelo Rio Coutinho abaixo, até a Barra do Lajeado Grande, e por este acima, confrontando com o Distrito de Palmeirinha, até a barra do arroio Baú, e por este acima até sua nascente, e desta por linha reta à nascente do arroio dos Porcos, por este abaixo à sua foz no Rio Campo Real, e por este abaixo até encontrar a estrada BR-277, confrontando até este ponto com o Distrito de Goioxim e seguindo pela estrada, até Alto Cascavel, e desta pela antiga estrada BR-35, até a Rua Cândido Xavier, no ponto de partida”.

III — O Distrito Judiciário do **JORDÃO**, no Município de Guarapuava, passa a ter as seguintes divisas:

“Partindo do cruzamento da Rua Afonso Botelho com a Avenida Dr. Vicente Machado, por esta até encontrar as linhas da Colônia Municipal, dividindo com o Distrito de Morro Alto, por esta divisa até a estrada de Covó, e por esta atravessando os Rios das Mortes e das Pedras até encontrar a linha que vai à Barra do Arroio Umaitá, no Rio Bananas, confrontando com o Distrito de Guará, deste ponto pelo Rio Bananas abaixo, até encontrar o Rio das Pedras e deste ao Rio Jordão abaixo, até encontrar a estrada de rodagem Guarapuava-Colônia Agrária, fazendo divisa com o Distrito de Bouqueirão, no prolongamento da Rua Afonso Botelho, até o cruzamento com a Rua Dr. Vicente Machado, ponto de partida”.

IV — O Distrito Judiciário de **MORRO ALTO**, no Município de Guarapuava, passa a ter as seguintes divisas:

“Partindo do cruzamento da Rua Frei Caneca com a Rua Dr. Vicente Machado, por esta até encontrar a Colônia Municipal e por esta até encontrar a estrada de rodagem para Covó, e por esta até o Rio das Pedras, seguindo por este acima, no sentido de sua montante, atravessando a estrada federal BR-277, pelo mesmo rio acima, confrontando com o Distrito de Guará até a linha divisória do imóvel Santa Carlota, por esta até encontrar o lugar denominado Matinhos, confrontando com o Distrito de Guairacá, deste ponto até encontrar a nascente do Rio Coutinho, por este abaixo, confrontando com o Distrito de Palmeirinha, até a estrada Guarapuava-Pitanga, por esta, confrontando com o Distrito de Carro Quebrado, até encontrar a Avenida Cândido Xavier, e por esta até o cruzamento da Avenida Manoel Ribas, desta à represa denominada Aqueronte, desta pelo arroio do Matadouro, até a Rua Gauíra, desta até o cruzamento com a Rua Visconde de Guarapuava, por esta até a Rua 15 de novembro, desta até a Avenida Manoel Ribas, por esta até o cruzamento com a Rua Frei Caneca, e

por esta até o cruzamento com a Rua Dr. Vicente Machado, ponto de partida.”

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(aa) **TRAJANO BASTOS, DOMÍCIO SCARAMELLA, ADALBERTO DAROS, LÁZARO DUMONT e MÁRIO CELSO.**

#### JUSTIFICATIVA:

A alteração visa tão somente adequar a divisão administrativa do Município de Guarapuava à realidade concreta, sobretudo em termos de apresentação de seu contingente populacional, relativo ao perímetro urbano, segundo as exigências dos órgãos federais repassadores de recursos.

#### PROJETO DE LEI N.º 122/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica criado no Município de Guarapuava, o Distrito Administrativo de Turvo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Começa na foz do Rio Belo no Rio Ivaí, segue por esta, confrontando com o Município de Reserva, até a foz do Rio Pedrinho ou Bonito; por este acima, confrontando com o Município de Pitanga, até a nascente de um dos seus principais afluentes e denominado Mamote, e deste ponto segue confrontando com o Distrito de Palmeirinha, pelo divisor de águas Piquiri-Ivaí, a encontrar a linha divisória do imóvel denominado Baú, e por este até o Rio Piquiri, a encontrar a sua principal nascente, e desta pelo divisor de águas dos Rios Piquiri-Ivaí a encontrar a cabeceira do Ribeirão do Álvaro e por este até a sua foz no Ribeirão Campina Bonita, e deste local por uma linha reta à cabeceira do Arroio Fundo, confrontando até aqui com o Distrito de Palmeirinha, e pelo dito arroio até encontrar a linha divisória do terreno dos índios, e por esta confrontando com o Distrito de Guairacá até sua confluência com o Rio Marrecas, ponto onde termina a confrontação com o Distrito de Guairacá, e deste ponto, pelo Rio Marrecas, confrontando com o Município de Prudentópolis, à sua foz no Rio São Francisco, de cuja junção é formado o Rio Belo, e por este até sua foz no Rio Ivaí”.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.980.

(aa) **TRAJANO BASTOS, DOMÍCIO SCARAMELLA, ADALBERTO DAROS, LÁZARO DUMONT, BASÍLIO ZANUSO e MÁRIO CELSO.**

#### JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa visa regularizar uma situação até certo ponto curiosa: o Distrito Judiciário existe desde 1.953 (Lei n.º 1.542), sem o seu pressuposto administrativo.

Por esta razão, desnecessária se faz a comprovação dos requisitos exigidos pela Lei Orgânica dos Municípios, no seu Art. 9.<sup>o</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, primeiro orador inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O episódio da gleba Aripuanã, de um milhão de hectares, localizada em Mato Grosso, e de propriedade da "COTRIGUAÇU Colonizadora do Aripuanã S/A", está ingressando numa das suas mais agudas fases, temos acompanhado de perto, como também o faz a opinião pública nacional, o desdobrar dos acontecimentos, eis que eles registram um capítulo significativo e dos mais decisivos para o cooperativismo neste País.

Desde o primeiro instante em que a nova Diretoria da COTRIGUAÇU aventou a alternativa de vender aquela área alegando não dispor de condições para resgatar os pesados encargos que pesam sobre o empreendimento - e que seriam da ordem de um milhão e quinhentos mil cruzeiros - colocamos-nos contrários à alienação, já que o valor atual da gleba é estimado em vinte bilhões de cruzeiros. E porque, dela despojado, o nosso cooperativismo perde uma rara oportunidade em promover uma válida experiência agrária às custas da contribuição do braço humano de milhares de agricultores associados à COTRIGUAÇU e, ainda, com um oportuno aproveitamento dos contingentes rurais que ficaram sem terras por força das desapropriações da Itaipu Binacional.

Sobre esses aspectos de vital importância social e econômica devem as autoridades federais refletir melhor, mostrando que o Governo está sinceramente disposto em prestar a melhor contribuição possível à agricultura.

Se os intentos governamentais são realmente estes, está aí a grande oportunidade de fazer prova, oferecendo a central cooperativista os meios necessários para que ela realize seu projeto colonizador iniciado a partir de setembro de 1978, quando iniciou consideráveis serviços topográficos e obras de infra-estrutura naquela área, fazendo no chamado "NÚCLEO ARIEL", um projeto inicial de colonização de trinta mil hectares, devidamente aprovado através da Portaria 1.754/74. Nesse período foram abertas picadas e construídas estradas. A COTRIGUAÇU adquiriu equipamentos rodoviários, mecânicos e implantou transporte fluvial, com investimentos estimados em torno de cem milhões de cruzeiros, tudo exclusivamente com recursos próprios.

Não é aceitável, pois, que um processo de registro da COTRIGUAÇU Colonizadora do Aripuanã S/A esteja há um ano e meio tramitando nos labirintos do INCRA sem qualquer despacho, afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é aquele órgão o instrumento criado para implantar neste País exatamente os programas de colonização e de reforma agrária? E reforma agrária, diga-se de passagem, de tímida ação, bem diferente daquela exigida pelos anseios nacionais.

Também não se compreende que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - primitiva proprietária da Gleba Aripuanã - insista em declarar nulos os atos jurídicos da compra daquele imóvel por parte da COTRIGUAÇU, por meio de ação ingressada no Juízo de Cuiabá, medida cautelar que até agora gerou sérios embaraços ao projeto colonizador.

Enquanto todos esses entraves são colocados, grupos imobiliários, levados por exclusivo interesse especulativo, atiram-se ávidos em adquirir a cobiçada gleba. De início foi a SHARP - Equipamentos Eletrônicos - quem se empenhou na compra de Aripuanã, o que suscitou verdadeira polêmica em toda a imprensa deste País. Agora é a Companhia Melhoramentos Norte do Brasil quem se propõe à aquisição. Ambas as empresas afirmam sua disposição em liberar a COTRIGUAÇU dos encargos financeiros que não ultrapassam a um milhão e meio de cruzeiros, quando a área efetivamente vale quase vinte vezes mais.

Sabemos, por outro lado, Sr. Presidente, que algumas das cooperativas singulares, como a COOPAVEL, vinculadas àquela central, estão dispostas em concorrer com os recursos de seus milhares de associados, para levarem avante o projeto de colonização já iniciado e fazerem do Aripuanã um exemplo

vitorioso do esforço cooperativista que somente as multinacionais não desejam que aconteça em nosso País. Falta, contudo, que o INCRA reconheça a "COTRIGUAÇU Colonizadora de Aripuanã S/A" como empresa qualificada a esse tipo de atividades, o que já o fez pela citada portaria 1.754/74 ao permitir a colonização dos trinta mil hectares.

E é necessário também que o Governo Federal, através de seus organismos competentes, como o Banco do Brasil, forneçam os recursos financeiros indispensáveis.

O que não aceitamos é a omissão governamental em tão importante empreendimento capaz de arrastá-lo à falência.

Requeiro, pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um pronunciamento desta Casa junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, ao Ministro da Agricultura, ao INCRA, ao Banco do Brasil e até mesmo à Presidência da República, expondo estes fatos e reclamando urgente, correta e obrigatória intervenção no caso da gleba do Aripuanã. E que cópia desses expedientes sejam encaminhadas a todos os Parlamentos integrantes das bancadas do Paraná no Senado e Câmara dos Deputados."

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Deputado Federal Pedro Arthur Sampaio.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. (Ausente).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder do PDS, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais, quase todos os grandes jornais, hoje dão conta de uma entrevista do Sr. Vice-Presidente da República, com relação à política energética do País. Realmente, aquela entrevista assusta quase todos os homens que conhecem mais ou menos bem o problema, quando diz que o Governo Federal pretende, daqui em diante, reajustar o preço do óleo Diesel em aumentos gradativos, até que se compare ao preço da gasolina. É um assunto que nós vamos abordar, aqui, em um outro pronunciamento, mas, desde já se nos afigura como mais um dos casuísmos da política energética do País, porque, primeiro, incentivou-se o uso do Diesel, aconselhou-se a toda a Nação, que se substituíssem os motores movidos à gasolina, por motores à Diesel, inclusive, as nossas refinarias estão condicionadas para refinar mais gasolina, do que Diesel; agora, o Presidente da República procura inverter a posição, aconselha a substituição dos motores movidos à Diesel, por motores movidos à álcool. Então nós vamos, nos próximos dias, fazer um pronunciamento, analisando profundamente essa decisão que vai trazer dissabores ao povo brasileiro, principalmente o encarecimento ainda maior, do custo de vida, porque, todos sabem que, setenta e três por cento da nossa produção, é transportada pelas estradas, por rodovias, com a larga utilização do óleo diesel.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos trouxe à tribuna hoje, é um assunto que tem gerado descontentamento principalmente nos Estados do Sul, com relação a suspensão das obras nas BR-277 e 116. (Lê):

"Não é fácil falar da situação econômica do País sem tecer críticas, porque a realidade grave se nos depara no recorde da inflação, na ameaça de desemprego, na recessão das grandes empresas e no esmagamento das pequenas, na brutal dívida externa e nos recursos necessários apenas para sua administração. Essa realidade, se é espantosamente negativa analisada pelos economistas, explode como escândalo perante a Nação. É emocional a reação do trabalhador quando sobre menos seu salário e ele não consegue prover as necessidades essenciais de sua família. É de revolta a resposta da dona-de-casa quando

volta das compras sem o dinheiro que tinha e sem trazer o que precisava comprar. Nos seis primeiros meses do ano, com critérios de cálculo muito favoráveis às autoridades financeiras, o aumento dos preços ao consumidor foram de 31 por cento.

A maioria de nós assistiu recente entrevista do Senhor Ministro do Planejamento numa emissora de televisão, na qual Sua Excelência fala sobre essa dramática realidade. Notou-se um sensível otimismo do Senhor Delfim Neto, em sua própria capacidade, ao mesmo tempo que acusava seus críticos de cultivadores da sinistrose.

Realmente, não seria de esperar que o Ministro do Planejamento sentasse na calçada e chorasse, ante o quadro que aí temos. Mas também é difícil aceitar um otimismo calcado apenas na redução da nossa conta de petróleo, apontado como único responsável pela contabilidade negativa do Brasil. Estudos feitos a pedido do governo norte-americano chegaram à conclusão que o efeito do aumento do petróleo na formação inflacionária chega a um máximo de 2,5 por cento.

Disse bem o Ministro, por outro lado, que a inflação não é dele, mas da sociedade brasileira. Ao administrador cabe organizar os negócios na Nação da maneira mais satisfatória e por certo é impossível resolver instantaneamente, num passe de mágica, uma situação acentuada e grave como esta de hoje.

Exige-se da sociedade esforço, mas é preciso reverter essas expectativas de agora, com conhecimento e não apenas inteligência, para dar credibilidade à nossa própria capacidade que - como diz uma propaganda governamental - é a de um país viável.

A causa básica da inflação, na minha modesta visão de entendido no assunto, pela vivência, é a crônica expansão do meio circulante, sem que esses recursos sejam investidos em desenvolvimento ou produtividade.

Vou citar um exemplo, apesar de todo o tratamento privilegiado que está dando, ao financiamento da agricultura, essa nova política ainda não surtiu os resultados, visto que a atividade está há vários anos desestimulada. O resultado é que ainda neste segundo semestre o Governo importará 700 mil t. de milho, 60 mil t. de feijão, 1 milhão e 500 mil t. de leite em pó e 7.500 t. de alho, para atender ao consumo interno.

Na verdade, tem-se definido mal as prioridades administrativas no Brasil. Esta é a grande realidade que os tecnocratas não conseguem desmentir e que vêm iludindo setores responsáveis das Forças Armadas, por mais de 16 anos. Mas que não se definiu até hoje a prioridade administrativa no País, não se definiu.

Há uma nova realidade mundial, que estamos vivendo de 1973 para aqui.

Em plena crise internacional da energia, ainda empenhavam-se os recursos mais vultosos dos orçamentos em obras na Ponte Rio-Niterói, nos metrô, etc, etc.

Ainda hoje o grande esforço, e é um monumental esforço financeiro, está sendo canalizado para Itaipu, Ferrovia do Aço, Tucuruí, Usinas Nucleares. Certamente são obras necessárias, como eram a ponte e os metrô. Entretanto, não têm o valor de reprodução imediatista e tem que se emitir dinheiro, muito dinheiro, para cobrir a implantação destas obras. Apenas um exemplo ilustrativo desta nossa afirmação: a NUCLEBRÁS, inaugura a sua usina de equipamento: pesados, a NUCLEP, em Itagui, onde deverão ser fabricados reatores. O programa nuclear deve sofrer reparos, esta fábrica custou ao País 300 milhões de dólares, investimento este não reprodutivo; não só agora, mas não será durante largo tempo.

A inflação, portanto, é um esforço exagerado imposto a esta geração. Não digo à minha geração, mas à geração dos Deputados mais jovens, da juventude deste País. É um esforço exagerado imposto a esta geração, sem que haja produção correspondente ao que se está gastando.

Tanto quanto a vida empresarial, a contabilidade de uma

Nação se resume em duas colunas: deve e haver.

Estas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não têm objetivo de somar mais críticas, mas de justificar um apelo que consideramos, além de lógico, justíssimo. O Paraná tem contribuído historicamente, de maneira notável, para a tarefa de soerguimento econômico do País. Nossas exportações rendem mais de 17 por cento do total das receitas cambiais arrecadadas pelo Brasil e saem do nosso Território aproximadamente 25 por cento das exportações agrícolas nacionais.

Nosso potencial de contribuição é maior, muito maior mesmo, bastando que se dê ao Estado do Paraná as condições essenciais para avançar estágios. Daí porque não nos conformamos com o corte de verbas que seriam destinadas às obras de transporte em nosso Estado.

Não vamos falar da crise social gerada por cerca de 10 mil desempregados, será o resultado desta política nefasta, não do Ministro dos Transportes, mas do grande inimigo do Paraná que é o Ministro Delfim Neto. Não vamos falar das milhares de famílias desalojadas pelas hidrelétricas que inundarão nossas áreas agricultáveis. Gente que o Paraná terá que absorver de alguma maneira. Dizemos apenas da sensibilidade econômica ou, digamos melhor, de uma definição de prioridades, que é o que não se faz nesta Nação.

Vejam como estas medidas do Ministro do Planejamento, porque nós tivemos uma conversa informal com o Ministro dos Transportes, durante a sua estada no Paraná, e sentimos que Sua Excelência também estava revoltado com os cortes que o seu Ministério estava ameaçado de sofrer, por parte do Sr. Delfim Neto, através de uma política eminentemente pessoal: aqueles que não rezam pelas cartilhas do super-Ministro, geralmente são prejudicados, não tendo a sensibilidade, o super-Ministro de saber que esses cortes afetam não os Ministros, os Ministérios afetados, mas, em última análise, o povo brasileiro, como é o caso do grande corredor de exportação do Paraná, que foi prejudicado por estes cortes de verbas para a duplicação da BR-277 nos trechos Curitiba-Paranaguá, e Curitiba - Ponta Grossa.

Os Srs. Deputados, que viajam na BR-277, sabem que há um trecho praticamente pronto, e que agora, com a paralisação, este trecho vai se deteriorar. Os deslizamentos vão acabar com as obras ali já implantadas. E nós sabemos o que isto representa em prejuízos para o fluxo das nossas safras, com uma agravante que deve ser revelada: os trechos em obras, abandonados os canteiros, irão, como já disse, se deteriorar, e os trabalhos realizados estarão perdidos.

Ora, isto não é economia; é desperdício.

São com estas coisas que eu não me conformo, apesar de ser da bancada do Governo. Eu não me conformo de ver um desperdício de dinheiro arrancado do contribuinte brasileiro, como o Presidente Geisel fez com a Ferrovia do Aço, onde se jogaram milhões e milhões de cruzeiros, ou da Transamazônica onde se queimaram milhões e milhões de dólares, estão lá as obras abandonadas, deterioradas, com graves prejuízos à economia da Nação.

Com isso, não posso me conformar.

O Sr. Deni Schwartz - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy, nós queremos, nesta oportunidade, concordar em número e gênero com o que Vossa Excelência está a dizer, e talvez apenas para confirmar o que Vossa Excelência diz, dizer que realmente nós vivemos um momento difícil, e que o desperdício é intolerável, desperdício este que eu somaria, e é função de uma incapacidade técnica violenta.

Talvez nunca se tenha visto neste País como nos últimos anos, incapacidade técnica tão grande; tanta coisa mal feita, e que tem que ser refeita, tanta coisa abandonada, recomeçada, enfim, vivemos verdadeiramente num clima de incapacidade.

Mas, Vossa Excelência citou no início do seu pronunciamento o problema da inflação, e sobre ele gostaria de fazer

algum comentário.

Um dos temas que a Oposição sempre se apegou, foi de que nós tínhamos um modelo agrícola voltado para a exportação. E não tenho procuração para defender o Sr. Delfim, mas está me chamando a atenção, e acho que esta Casa deveria pensar muito bem a respeito do que ocorreu em relação ao estabelecimento dos índices, aos valores básicos de custeio, e aos preços mínimos para a safra 80/81, e que parecem até vir de encontro àquilo que a Oposição pedia, não só esta Casa, como em todo o País, e não só a Oposição, mas muitos Parlamentares, dos então dois Partidos, ARENA e MDB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas peço permissão para interromper por instante o aparte de Vossa Excelência, que é honroso para mim, para dizer que afirmei em meu pronunciamento que a agricultura hoje está realmente estimulada, mas que, durante anos e anos, ela esteve abandonada.

Então, ainda não houve a resposta imediata dessas medidas em favor da agricultura.

Devolvo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Deni Schwartz — Agradeço a Vossa Excelência.

Um fato que está me chamando a atenção, e que tenho comentado até com alguns companheiros, é o seguinte: este ano, pela primeira vez, a agricultura voltada para o consumo interno, os preços tanto do PVC como os preços mínimos para a agricultura voltada para o consumo, e aí parece uma tendência de se combater a inflação, através do oferecimento, por preços baixos de produtos de consumo do brasileiro, pela primeira vez parece que houve uma inversão vinda em favor do próprio Governo.

Tenho em mãos alguns dados que me parecem bastante oportunos: o preço do algodão, do amendoim e da batata semente, os preços mínimos sugeridos pela nossa Secretaria da Agricultura ao Ministro, todos eles, todos os preços mínimos dos demais produtos, foram estabelecidos bem acima do que estávamos reivindicando.

Isto para os produtos de consumo interno. Por exemplo, para o feijão, a nossa Secretaria pediu um mil, 350 cruzeiros a saca de 60 quilos, e o Sr. Delfim Neto estabeleceu em um mil e 800; para o milho, pedimos 440, e foi fixado em 474 cruzeiros.

Portanto, para esses produtos de consumo interno, foram fixados preços acima inclusive daqueles reivindicados aqui pelo Paraná. Parece que numa tentativa de mudar exatamente esse quadro que até hoje vem, produzimos soja mas não produzimos feijão, não produzimos alho, temos de importar feijão, não produzimos milho, temos que importar milho.

Trago isso à discussão, porque esses dados que tenho aqui parece que o Governo até se sensibilizou. Naturalmente não estamos vendo reflexos ainda, mas cuja discussão precisa ser aprofundada. Mesmo porque o Governo também, através do escalonamento de mini, pequeno e médio, e grande produtor, também escalonou juros, além de, no caso da soja, produto de exportação, também ter limitado os financiamentos em apenas 80 por cento do valor básico do custeio e que vai representar apenas 64 por cento, no caso do grande produtor que este só tem 80 por cento dos 80 por cento do PVC.

Isso traz à nossa discussão um novo fato: o próprio Estado agrícola pediu preços menores que o próprio Ministério deu — só trago à discussão porque acho que são dados que devem ser pensados — e outro item que Vossa Excelência falou, gostaria de falar mais, os dez mil desempregados, que serão desempregados com a paralisação das obras, representam um índice muito importante, porque também de acordo com esse boletim do IPARDES, a região metropolitana de Curitiba, é a região metropolitana do País, que está apresentando hoje o maior índice de desemprego, onde o nível de empregos aumentou menos nos últimos anos. Isso são dados oficiais do IPARDES.

Quer dizer, em termos de região metropolitana, Curitiba

se situa hoje, apenas acima de Brasília. Quer dizer, as demais regiões metropolitanas do País apresentam um índice de emprego melhor que Curitiba.

Some-se a isso aí os desempregados na sua maioria, em volta de Curitiba, veremos o grande problema que representa essa paralisação.

Por isso, solidarizo-me com Vossa Excelência, achando que o momento, realmente, exige de todos nós, um estudo profundo dessas questões todas, em relação à economia paranaense e brasileira.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, a argumentação de Vossa Excelência no item primeiro é realmente de peso.

Vossa Excelência, vê-se que estudou realmente a matéria.

Agora, os incentivos dados este ano à agricultura, nós já reconhecemos aqui, que são ótimos, excelentes, apenas não pode haver a resposta em apenas um ano, porque foi uma atividade desestimulante, durante muitos anos, mas ao mesmo tempo em que o Governo estabelece estes preços mínimos para o arroz, trigo, milho e outros produtos agrícolas de largo consumo no País, ao mesmo tempo em que ele estimula o plantio, com os preços mínimos além do solicitado pela Secretaria da Agricultura do Paraná, ele determina, o Governo, através da sua Secretaria do Planejamento, determina a paralisação de duas obras importantíssimas para o escoamento do fluxo dessas safras.

Então, vê Vossa Excelência, que as safras podem acabar apodrecendo no portão das fazendas, se tivermos uma época chuvosa e se continuarem estranguladas essas vias de acesso, vitais para o escoamento da produção agrícola paranaense.

Nesse sentido — não aumento as críticas que se fazem em todo o País, da política agrícola do Governo, mas especialmente neste particular, que todos os paranaenses, Governo e Oposição, esta Casa, devem, em uníssono, protestar inclusive ao Sr. Presidente da República, que nós não podemos mais aceitar calados esta discriminação que se faz contra o Paraná.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência traz um assunto hoje, que mereceria este plenário cheio, o plenário desta Casa, porque é um assunto realmente, de muita importância, não somente para o nosso Estado, mas também para toda a Nação brasileira.

No início do seu pronunciamento, Vossa Excelência começou dizendo exatamente sobre as declarações do ilustre Vice-Presidente da República, sobre a posição energética nacional, e que inclusive o preço do óleo Diesel estaria, dentro de pouco tempo, próximo ou quase ao mesmo nível que o preço da gasolina.

Vossa Excelência é um homem que comanda um setor de transporte neste Estado, e sabe o que significa isto, para o transporte. O transporte de produtos, transporte de pessoas.

Agora, imagine isto aplicado à própria agricultura do Paraná, onde, entre a preparação do solo, o plantio e a colheita da soja e do trigo, nós temos, pelo menos, três vezes em cada plantação, o trator percorrendo, palmo a palmo, metro a metro, toda a extensão territorial de um produto rural agrícola; para se plantar, semear, colher o produto, seja a soja, seja o trigo ou outro produto qualquer, que o fazemos através de máquinas, se elevarmos o preço do Diesel a se aproximar do preço da gasolina, nós iremos criar no Paraná grande produtor agrícola, uma condição, uma situação insustentável, que já é, a situação, insustentável.

Muito bem disse o ilustre Deputado Deni Schwartz, em alguns produtos, o preço mínimo de garantia dado pelo Governo Federal, foi além daquele sugerido pelos agricultores do Paraná, só que, foi numa época bem antes que o Governo veio adubar uma terra onde vai se plantar o milho, comprava-se



uma tonelada de adubo, entre 6 e 8 mil cruzeiros. Realmente, a agricultura brasileira, a agricultura paranaense, não recebeu, como bem disse Vossa Excelência, há anos atrás, há 2 ou 3 anos passados, aquele incentivo que realmente deveria receber. Então, quero me parabenizar com Vossa Excelência, e disse muito bem, não é porque Vossa Excelência é do PDS, não é porque somos do PDS; ao contrário, acho que muito mais por sermos do PDS é que temos a obrigação de levantar estes problemas, e nos preocuparmos com a situação econômica deste País que precisa, mais do que nunca, encontrar o seu caminho. Ainda ontem, tivemos a oportunidade de assistir, pela televisão, uma grande parte da História brasileira, através de um programa da Rádio Globo, que mostrou praticamente a ascensão e a morte de Getúlio Vargas, quando pudemos perceber que, lamentavelmente, desde 1930 nós ainda não encontramos aquela tranquilidade necessária para este País; se outras gerações, que já morreram, que já passaram e que deram muita contribuição não puderam fazê-lo, a nossa geração, não interessa a idade que aí está, mas a geração que vive hoje tem a obrigação de encontrar o caminho que esse País realmente quer alcançar.

Parabenizo Vossa Excelência, é um assunto, torno a repetir, que mereceria desta Casa, de todos os Srs. Deputados, por ser um assunto da maior importância para o Paraná e para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte que é reconfortante.

Mas prosseguimos, Sr. Presidente, dizendo que se cortaram as verbas também, para a duplicação dos trechos BR-116 Curitiba - São Paulo, prejudicando todo o eixo rodoviário Sul, que se afunila aqui, por não estar aberta ainda a rota do litoral pelo seguimento da BR-101.

A Ferrovia dos Minérios, foi classificada em prioridade acima da ferrovia da soja, embora deva demorar quase uma década para a implantação do gigantesco projeto de mineração. E isto que nós também não entendemos, também não queremos nos incorporar àquela legião dos que só criticam, sem apresentar sugestões, apresentar outras possibilidades viáveis para o problema brasileiro.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Deputado, queria comunicar que tem um minuto para o seu horário e tem o horário da Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, e nem que eu tivesse apenas um minuto, gostaria de concedê-lo a este grande Deputado Trajano Bastos, que é realmente uma das culturas desta Casa, que honra tanto o Poder Legislativo do Paraná, e é meu conterrâneo de Guarapuava.

O Sr. Trajano Bastos — Ilustre Deputado Erondy Silvério, agradeço a Vossa Excelência a concessão, e dizer a Vossa Excelência que muito me honra apartear-lo, e muito mais ainda, num momento como este em que Vossa Excelência trata de um assunto da mais alta importância para o Paraná.

Escuto com atenção o seu pronunciamento, e vejo que Vossa Excelência toca num assunto da mais alta importância e que não tem sido realmente olhado pelos homens responsáveis pela direção dos negócios do Governo neste País.

Quando Vossa Excelência fala, na ausência do estabelecimento de prioridades, Vossa Excelência toca no ponto central, põe o dedo na ferida da questão, e é exatamente isto, Vossa Excelência tem toda a razão e merece meu apoio, por levantar dentro do assunto importante e ir à causa da coisa.

No que diz respeito à minha região, ilustre Deputado, que é esse trecho que liga Curitiba até Foz do Iguaçu, e que se constitui em mais de 70 por cento do corredor de exportação deste Estado, o corte de verbas estabelecido pelo DNER, é realmente inexplicável, exatamente porque não foi eleito priorida-

des nem nesta obra e nem em tantas outras que o Governo promove. Veja Vossa Excelência, vou citar um exemplo: se Vossa Excelência percorrer o trecho de Curitiba que liga ao Spréa, nós temos a duplicação da pista paralisada, mas as obras da balança, que é uma obra sofisticada, de um custo altíssimo, e que em termos de prioridade deveria estar aquém da duplicação da pista, está em pleno andamento. Agora, a pista, como disse Vossa Excelência, além de parada, nós estamos perdendo o trabalho já feito naquele trecho.

As obras de viadutos, então, é uma barbaridade. Ainda na semana passada, ruiu a ponte sobre o Rio dos Patos, no trecho São Luís do Purunã até Relógio. Então, todo o tráfego que vem do Oeste e Sudoeste, e Centro Oeste, cai tudo neste trecho que liga Ponta Grossa a Curitiba e Spréa. Então, o que está acontecendo, ali também os viadutos e eu cito o caso específico do viaduto situado na Serra da Esperança, que já começa a oferecer perigos em sua estrutura porque há praticamente seis meses está paralisado, sendo usado tão somente um lado de sua pista. Sem se falar nos desastres já ocorridos naquele trecho, em consequência da paralisação daquelas obras, entre os quais, para tristeza nossa, cito aquele que perdeu a vida o ilustre Prefeito de Pitanga.

São estas as coisas, ilustre Deputado Erondy Silvério.

Gostaria de, neste meu aparte, oferecer uma sugestão que transformarei em requerimento, deverei apresentar na sessão de amanhã, para que uma comissão de Deputados, desta Casa, se faça presente a Sua Excelência o Ministro dos Transportes, e leve a ele, pessoalmente, a seriedade do assunto, porque se trafegar naquela estrada, do jeito que está, com o comprometimento das obras de arte, oferecendo perigo a quem transita e a tudo isto se for somado que se viaje à noite, pela falta de sinalização, pela falta de pintura de faixas, aquela estrada, aquele trecho, se transforma numa verdadeira "estrada para o inferno".

É uma sugestão que ofereço a Vossa Excelência, para que esta Casa se faça representar, através de uma comissão, e leve a Sua Excelência o Sr. Ministro dos Transportes, para que ele sinta a gravidade, a seriedade que originou este inexplicável corte de verbas, principalmente no Estado do Paraná.

E mais ainda, para finalizar, ilustre Deputado, são incoerências e que nos levam àquele ponto inicial, quando falávamos em prioridades, que a paralisação destas obras vai colocar nas ruas milhares de pessoas, em contrapartida, tem-se notícias de que o primeiro escalão do DNER está tendo um aumento substancial em seus vencimentos.

Era este o aparte e a sugestão que ofereço a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência. A sua sugestão encontrará total e restrito apoio da banca do PDS.

Quando Vossa Excelência me honrava com o aparte, estava lembrando do saudoso Deputado Leopoldo Jacomel, que sempre que reivindicava alguma coisa para Piraquara e não conseguia, ameaçava: — olha que nós prendemos a água e soltamos os leprosos e presos. O que precisamos dizer ao Ministro dos Transportes é que, quando ruirem os outros viadutos, o resto do Brasil morre de fome, porque só quem trabalha no País é o Sul, é quem alimenta esta Nação.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me concede mais um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei o aparte a Vossa Excelência. Só quero terminar o meu raciocínio.

Quando dissemos que não há uma relação de prioridades, nos lembramos também da Ferrovia da Soja, embora todos saibamos que durante uma década não teremos a implantação do gigantesco projeto de mineração. É isto que não entendemos. Estamos investindo em pagamentos antecipados de um belo



trator, que nos será entregue em futuro distante, mas não compramos um cabo novo para a enxada.

Enquanto isto, a lavoura perece e “a vaca vai para o brejo”.

Nosso apelo é dirigido ao Presidente da República, para que medite, ele também que se diz não ser burocrata e que também não pensa em economês, sobre a falta de lógica de uma política que relega investimentos essenciais e reprodutivos, a curto prazo, por outros bem maiores, de sucesso incerto e distante.

Como militar, o Presidente da República sabe que é importante conquistar a colina mais próxima antes de se pensar em ganhar a guerra. A vitória contra a inflação não se fará por milagre; porque já vimos, a Nação toda já viu, como são frágeis os milagres fundamentados na euforia sem consistência.

Estamos num momento de emergência, economia de guerra. A hora de colocar o nosso dinheiro onde reproduza mais, com velocidade, para depois, sim, buscarmos objetivos mais ambiciosos.

O Brasil poderia estar construindo Itaipu? Pergunto. Poderia, claro, e pode. Está construindo, mas o preço está sendo pago por milhares de donas de casa, todos os dias, nos supermercados. Pergunto, será isto justo?

Ao requerer, Sr. Presidente, que cópia deste apelo seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, queremos realçar que este é um pronunciamento de um representante da comunidade paranaense, não falo como líder da bancada, acima de tudo, um pronunciamento de um brasileiro que sente a necessidade de manifestar o seu patriotismo, sua opinião, sem radicalismos e sem revanchismos.

A nossa expectativa, Sr. Presidente, é de que o Presidente da República medite e analise sobre a necessidade de dar ao Paraná os meios que necessita, para continuar aquilo que o Paraná sempre fez, produzir pela Nação brasileira.

Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel, concedo o aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz. O Sr. Deni Schwartz — Apenas para confirmar que a água dos leprosos e os presos do saudoso Deputado Jacomel, muito bem poderão estar próximos. Conversei há poucos dias com um alto técnico da Rede Ferroviária Federal, e nós falamos tanto em Ferrovia da Soja, Estrada Central do Paraná e outras rodovias, até por uma questão do esquecimento natural, esquecemos sempre de um fato muito importante neste Paraná e que provavelmente, dentro de pouco tempo, representará aquilo que o saudoso Jacomel ameaçava.

Nós estamos acostumados a saber das belezas da estrada Curitiba - Paranaguá, e poucos de nós lembram que esta estrada foi feita há quase um século, então aquele técnico me dizia: “nós estamos usando essa estrada acima, completamente acima da capacidade dela. Segundo, não sabemos hoje, cem anos passados, como é que aqueles pilares foram feitos, não sabemos o que há lá dentro.”

A tonelagem à época que foi construída esta estrada, era uma, hoje, são dezenas de vezes mais, e nós continuamos usando a mesma estrada, então dizia aquele técnico: “não demorará muito, com todo este fluxo de tráfego, que está acima desta estrada, esta estrada cairá, mostrava ele, como um baralho, soldadinhos de baralho que caem, e a estrada toda cairá, e nós ficaremos isolados não por um dia, nem por dois nem por três, mas por mais de anos, porque simples e puramente, a descida da serra por ferrovia, não se toca no ritmo que se quer.

E me parece que agora também está paralisada. Quer dizer, nós esquecemos que a centenária estrada de ferro Curitiba - Paranaguá está suportando toda a carga ferroviária deste Estado, toda a exportação por Paranaguá, que desce por via ferroviária, cem anos depois, com uma capacidade completamente desconhecida hoje, dos próprios técnicos, com a sua infraestrutura completamente desconhecida, poderá de um momento para

outro, cair tudo, e talvez ela venha a representar os presos ou leprosos e a água, do falecido Jacomel.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

concedo, para finalizar, o aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência é um homem que honra o Paraná, honra esta Casa, pelos diversos mandatos que tem exercido, com a dignidade de um homem público.

Hoje, para surpresa nossa, vemos mais uma vez, o nosso líder, a tratar de um caso sério, a enfrentar de frente, um caso onde é preciso se atacar os homens do Governo, do Governo da esfera federal.

Que estão errando, que Vossa Excelência corajosamente enfrenta da tribuna e de público, então para nós, liderados por Vossa Excelência, vemos que só nos resta estimular Vossa Excelência para que prossiga em sua trajetória honesta, pelo bem estar e pelo progresso do Paraná e do Brasil.

Vossa Excelência, ao criticar obras, o faz com a devida capacidade e com a devida autoridade de um homem público que vem prestando relevantes serviços ao Paraná e a esta Assembléia.

Queria, com toda a satisfação, se possível fosse, também colocar a minha assinatura junto com o seu requerimento. O SR. ERONDY SILVÉRIO — Será uma honra para mim.

O Sr. Gabriel Manoel — E que Vossa Excelência saiba, que como liderado de Vossa Excelência talvez seja este pensamento deste Deputado da roça, o pensamento dos demais companheiros da bancada. Como disse Lázaro Dumont, queremos, unidos com Vossa Excelência, sermos liderados e dizermos ao Paraná que também o PDS do Paraná, liderado por Vossa Excelência, também diz “não” às medidas erradas do Governo; também diz “não” aos homens que tabelam o feijão para o produtor, e depois deixam o feijão a 4 e a 5 mil cruzeiros a saca.

Vossa Excelência sabe perfeitamente, Deputado Erondy Silvério, que o feijão preto no mercado está 80, 70 ou 60 cruzeiros o quilo, e o Ministro do Planejamento e o Ministro da Agricultura, têm o despudor de tabelar a 1.800 cruzeiros a saca, menos da metade, Deputado Erondy Silvério.

Paabenizo-me com Vossa Excelência, e é de satisfação minha saber que todos os Deputados da sua bancada, estão solidários com Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Considero este trabalho brilhante que Vossa Excelência acabou de lançar nesta Casa, como uma nova era das posições que esta bancada deve tomar com relação aos grandes problemas nacionais.

Sei que o tempo é breve, e para não me estender, me limito a me congratular com Vossa Excelência, efusivamente, e solicitar também que seja encaminhada cópia desta matéria à Coordenadoria da Bancada do PDS em Brasília, para que dê conhecimento àquele Plenário e à Nação, da posição da bancada do nosso Partido no Estado do Paraná, como um gesto de alerta e de protesto contra uma situação à qual não podemos admitir.

Meus parabéns, ilustre Líder, Vossa Excelência não fez mais do que demonstrar o brilho com que lidera nossa bancada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência, e a sugestão realmente me faz então, adiar a apresentação deste requerimento hoje, para apreciação da Casa, para as necessárias consultas à bancada. Se a bancada realmente comungar com o ponto de vista de Vossa Excelência, enviaremos este documento ao Sr. Presidente da República, em nome da bancada do PDS e em nome de toda a Casa, que por certo, o

aprovará, solicitando que cada membro da Bancada do Paraná, no Congresso Nacional, receba uma cópia e que também emita o seu ponto de vista, porque lutar pelo Estado do Paraná não deve ser privilégio apenas da Oposição, deve ser uma tarefa distribuída igualmente a todos os representantes do povo do Paraná, os 58 Deputados com assento neste Poder Legislativo.

Porque realmente as medidas tomadas pelo Governo Federal com a suspensão destas obras trarão prejuízo incalculável à economia paranaense, e até abrirão um precedente perigoso, porque, de acordo com as afirmações do nobre Deputado Trajano Bastos, se ruírem mais dois ou três viadutos pela sobrecarga de um aumento eventual de tráfego com a paralisação dessas obras, ficaremos isolados do resto do País; a nossa produção apodrecerá, repito, na porteira das fazendas.

Então, aí ficará estabelecido o caos na economia brasileira.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Concedo a palavra, no horário da Liderança do PMDB, ao ilustre Deputado Fiori Luiz, por sete minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “É preciso lutar pela justa distribuição da terra.

É preciso que os homens do campo formem o grande exército libertador.

Não se pode chamar de governo revolucionário aqui na América, se esse governo não fizer uma Reforma Agrária, como primeira medida. Além disso, não se pode chamar revolucionário um governo que diga que vai fazer ou que faça uma Reforma Agrária vaga, demagógica.

Revolucionário é o governo que faz uma Reforma Agrária mudando o regime de propriedade da terra, não apenas dando ao homem do campo a terra que sobra, mas também e principalmente, dando ao homem do campo a que está em poder dos latifundiários, que é melhor e rende mais, e que de fato e direito pertence ao camponês.

Não há outro caminho para a posse da terra, a não ser quebrar o sistema da propriedade latifundiária. A Reforma Agrária radical é a única que pode dar a terra ao homem do campo, embora o choque com os interesses diretos dos imperialistas e dos latifundiários. No Brasil, o latifúndio tem sido ao longo dos anos, a base do poder econômico das classes dominantes.

A revolução de 1964, fracassou. Fracassou porque não conseguiu destruir as bases latifundiárias, que agem de forma reacionária, e que mantêm os princípios de servidão sobre a terra, obrigando o trabalhador do campo a uma existência miserável.

O latifúndio, associado ao imperialismo, gera o modelo do “subdesenvolvimento”, que por sua vez gera o “círculo vicioso”, responsável pelos baixos salários, pela insegurança, pelo desemprego em massa, pelos “fabianos” da Terra Seca. E vem o pânico, a revolta. E o camponês curvado, arqueado, vai acordando para uma realidade brutal: o cansaço de estar oprimido, explorado ao máximo; cansaço de vender, dia a dia a dia, miseravelmente, a força de seu trabalho, em troca de salários miseráveis, com medo de engrossar a enorme massa de desempregados. E os latifundiários espremem até a última gota de suor, o máximo de lucro, para saciarem os detentores do capital.

O latifúndio, quer como forma de exploração primitiva, quer como expressão de monopólio capitalista da terra, aliado ao imperialismo econômico, resulta no subemprego, no desemprego, na exploração do homem pelo homem.

O resultado, todos conhecemos: o Brasil sofre hoje o processo de concentração das grandes massas, nos grandes centros.

E dentro desse quadro nevoento, triste e ameaçador, começam a surgir as primeiras luzes.

Em Apucarana, o Governo do Paraná lança amanhã o

Projeto Pioneiro de moradia na área rural, ou seja, a colonização para atendimento de famílias de “bóias-frias”. O Secretário do Interior e o Diretor-Presidente da COHAPAR, estarão em Apucarana.

Alguns homens do Governo querem avocar para si a paternidade do projeto, pioneiro nesse campo. Mas, justiça se faça: a idéia é do Padre Walter Pegorer, vigário da Paróquia da Vila Regina, idéia que o Governo encampou e que devemos apoiar.

O projeto de Apucarana está inserido dentro dos padrões de uma reforma agrária, no sistema de agro-vilas. O projeto, se encarado com seriedade e aplicação, poderá solucionar o problema do “bóia-fria” do interior.

Em Apucarana, o projeto vai atender 30 famílias de “bóias-frias”, o que dá aproximadamente 120 pessoas. A COHAPAR comprou o terreno e deu o material. As 30 famílias, em sistema mutirão, estão construindo as casas.

Cada habitação terá uma área de 7.500 m<sup>2</sup>, onde o proprietário fará a sua horta e cultivo agrícola de modo geral, e pequenas criações, a nível de sobrevivência própria. As casas terão 48 m<sup>2</sup> e custarão Cr\$ 139.000,00 com prestações bem baixas.

As 30 famílias terão ainda um terreno de 75 mil m<sup>2</sup>, uma área comunitária, no sistema de Cooperativa.

É uma forma de valorizar o homem do campo. Hoje, o “bóia-fria” é obrigado a trabalhar por 80,00, 100,00 cruzeiros por dia, em função de oferta. Com o projeto de colonização rural, uma coisa é certa: de fome, nenhum “bóia-fria” vai morrer. Com a valorização do homem, o que não é favor algum do Governo, diga-se de passagem, os proprietários de grandes fazendas é que sentirão os efeitos. Acostumados a explorar homens, mulheres e crianças, pagando miseravelmente, sem assistência alguma, os latifundiários - caso o projeto se espalhe por todo o interior - não irão mais chicotear o lombo do homem do campo.

Além do aspecto agrícola, sustento próprio, as 30 famílias terão toda infraestrutura, principalmente no setor - escola.

O projeto pioneiro de Apucarana é um começo. Um bom começo. Nós, que temos criticado o Governo, de forma ácida, também sabemos reconhecer. O simples fato da COHAPAR e da Secretaria do Interior encamparem a idéia do Padre Walter Pegorer, de Apucarana, é um sinal positivo. Que o plano possa ser levado a todos os municípios do Paraná, sem demagogia, sem paternalismo”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, em Brasília, o Movimento Pela Carestia, movimento pelo custo de vida, reuniu-se, deve estar reunido, tentando uma audiência com o Sr. Presidente da República, para colocarem as reivindicações do povo brasileiro em face do presente custo de vida; estão reunidos em Brasília, movimentos de todo o Brasil, enganados nesse processo de arregimentação e organização do povo brasileiro, principalmente através das donas-de-casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Acho que, efetivamente, deve ser registrado o episódio, nesta Casa, porque este movimento, um dos mais legítimos que uma Nação possa ter, uma das preocupações mais prementes que um Governo deva ter, é o que diz respeito exatamente à condição humana, ou à condição primeira de sobrevivência da própria espécie humana, se, desde que os primeiros teóricos apareceram mostrando à humanidade, quer através de Malthus com a teoria do Crescimento Populacional em que haveria, um dia, de a humanidade perecer pela fome, dado o crescimento espantoso da população, acreditado que, deve ser preocupação constante dos Governos, manter este custo de vida aferido em índices, que permitam, não apenas

às camadas abastadas de uma sociedade, mas sim e principalmente, os níveis mais baixos, àqueles mais carentes, da primeira condição de sobrevivência da espécie humana, que é a alimentação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, efetivamente, hoje a fome ronda a mesa do povo brasileiro, e se a dona de casa, Sr. Presidente, hoje sai às ruas, se a dona de casa se locomove do Brasil inteiro e vai a Brasília apresentar simbólica e pessoalmente, ao Chefe da Nação as reivindicações pela baixa do custo de vida, é importante e imprescindível que nós, homens do povo, sensíveis a esses problemas, nos atrelemos incondicionalmente a esse movimento, que não é inspirado por qualquer ideologia, mas é inspirado pela fome. É inspirado pelo sentimento humano daqueles que, na verdade, tendo com o que se alimentar, contudo estão preocupados, no fundo, com aqueles desgraçados que, não tendo o que comer, hoje tiram o sono dos que têm.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registramos hoje como o Dia Nacional do Combate ao Custo de Vida, porque acredito de que nisto não vai movimento partidário algum, não vai ideologia alguma, mas vai o sentimento da humanidade, vai, isto sim, a organização do povo, como entidade do Estado, o povo fazendo com que o Governo se sensibilize, que, acima de qualquer prioridade, está a prioridade da sobrevivência humana, está a prioridade de que a sobrevivência não é só física, mas que o povo, bem alimentado, ele terá condições de planejar o seu futuro, terá condições de educar a sua família e terá condições de tranquilidade para pensar nos destinos da sua Pátria.

Por isto, Sr. Presidente, registro aqui, em nome do meu Partido, mas conclamando a toda a Casa para que, na medida do possível, se estimule, se ajude a este movimento, que é o movimento mais legítimo porque parte do lar, da casa, da dona de casa, da nossa esposa, da nossa mãe, da nossa irmã, da mulher brasileira, que preocupada, que angustiada, pede ao Governo, que o povo seja visto com melhores olhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Domício Scaramella) Consulto à Liderança do PP se deseja fazer uso da palavra no horário que lhe é reservado. (Declina). No mesmo sentido, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, devidamente apoiados, constantes do expediente. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 34/78, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o "Patrimônio Recreativo, Esportivo e Social de Palmitópolis", com sede no Município de Nova Aurora. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 27/79, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que denomina de "Dr. Moacir Camargo Martins" o Instituto Médico Legal de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. -

Sobre o referido projeto, foi apresentada emenda de autoria do Sr. Deputado José Tavares, devidamente apoiada, no seguinte teor: (Lê):

#### "EMENDA

#### AO PROJETO DE LEI Nº 27/79

Substitua-se o Art. 1.º do Projeto de Lei nº 27/79, para o seguinte:

"Art. 1.º - Fica denominado "DR. MOACIR CAMARGO MARTINS", o edifício sede da 10ª Subdivisão Policial de Londrina".

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

APOIAMENTO: Nestor Baptista, Basílio Zanusso, Renato Bernardi, Nilso Sguarezi e Waldyr Pugliesi".

Em votação a emenda. - Aprovada

Em votação o projeto. - Aprovado, artigo por artigo

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 67/80, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que cria no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, com divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 26/80, de autoria da Comissão Executiva, que visa disciplinar Artigo do Regimento Interno, proibindo o porte de arma de qualquer espécie, nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. - Aprovado pelo Substitutivo Geral, Artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 38/80, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas do Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1976. Parecer Favorável da C.T.C., por unanimidade. - Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Pela ordem) Sr. Presidente, quero deixar consignado o meu voto contrário a essa prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE - (Domício Scaramella) Deferida sua proposição.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 28/80, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "Asilo São Francisco de Assis", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 28/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o "ASILO SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1980.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços, amparando os indigentes de ambos os sexos, acolhendo-os em sua sede, fornecendo alimentos, vestuários, medicamentos e funerais, sem distinção de credo religioso, cor ou nacionalidade.

Entendemos, portanto, que a referida associação preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, razão pela qual levamos à consideração dos ilustres Pares, esperando desta forma o seu apoio e conseqüente aprovação do presente plano de lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 28/80

#### P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Asilo São Francisco de Assis", com sede e foro na

cidade de Santo Antônio da Platina.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o “Centro Espírita Allan Kardec”, com sede e foro na cidade de Ubitatã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 70/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o “CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC”, com sede e foro na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

O “Centro Espírita Allan Kardec”, da cidade de Ubitatã, fundado em 22 de abril de 1976, tem por finalidade prestar assistência social, o ensino da doutrina espírita às crianças, adolescentes e adultos.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 70/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o “Centro Espírita Allan Kardec”, com sede e foro na cidade de Ubitatã.

Analisando-se a proposição, através da justificativa apresentada, e da documentação nela inserida, temos que a entidade preenche os requisitos previstos na legislação estadual em vigor pertinente à matéria - Lei 6994, de 10/01/78.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 46/80, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 104/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o Poder Legislativo incluir no Plano de Obras a ligação asfáltica, ligando o Município de ROLÂNDIA à estrada que liga os Municípios de SABÁUDIA - ASTORGA. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. - **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 46/80

PARECER:

Trata-se de veto apostado ao Projeto de Lei n.º 104/78, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, objetivando incluir no Plano de Obras do Estado, a pavimentação asfáltica ligando o Distrito de Pitangueira, Município de Rolândia, à estrada que liga os Municípios de Sabáudia - Astorga, num trecho aproximado de seis quilômetros.

O Governador vetou o plano de lei, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, inciso III, combinado com o Art. 28, §1.º, ambos da Constituição do Estado, por considerá-lo inconstitucional.

O direito ao veto está expresso nos dispositivos acima citados, e a tramitação da presente proposição atende às exigências regimentais, estando o presente expediente em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros, comunicando que, como Presidente da Comissão de Turismo deste Poder, estará ausente das sessões normais, em virtude da realização do Seminário de Turismo de Foz do Iguaçu. — Ao Sr. 1.º Secretário, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arcolino Valcarengi, ocorrido na cidade de Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o registro da passagem do 45.º aniversário de falecimento de Salvador de Ferrante. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a necessidade de doação ao Município de Toledo, do imóvel urbano onde atualmente está localizado o prédio da Delegacia Regional de Polícia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal “Tribuna Platinense”, de Santo Antônio da Platina, pela passagem do 15.º aniversário de circulação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de louvor pelos 30 anos de bons serviços prestados à coletividade e à imprensa de nosso Estado, à “Revista Panorama”. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo sejam apresados os estudos visando a instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Vila Rica, Município de Icaraíma. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de um Polo Esportivo no Município de Prudentópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a implantação de uma CIRETRAN na cidade de Iporã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações

pela passagem do 30.<sup>o</sup> aniversário de fundação da Revista "Panorama". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que o Posto Avançado de Guaraniaçu seja transformado em Agência. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando voto de louvor à "Revista Panorama", pela passagem do seu 30.<sup>o</sup> aniversário de fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja encaminhado, através de ofício, ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, diversos documentos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, à

hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 34/78, 27/79 e 67/80, e de Resolução n.<sup>os</sup> 26 e 38/80.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 28 e 70/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 29, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 48/79, 57, 58 e 93/80.

Levanta-se a Sessão.